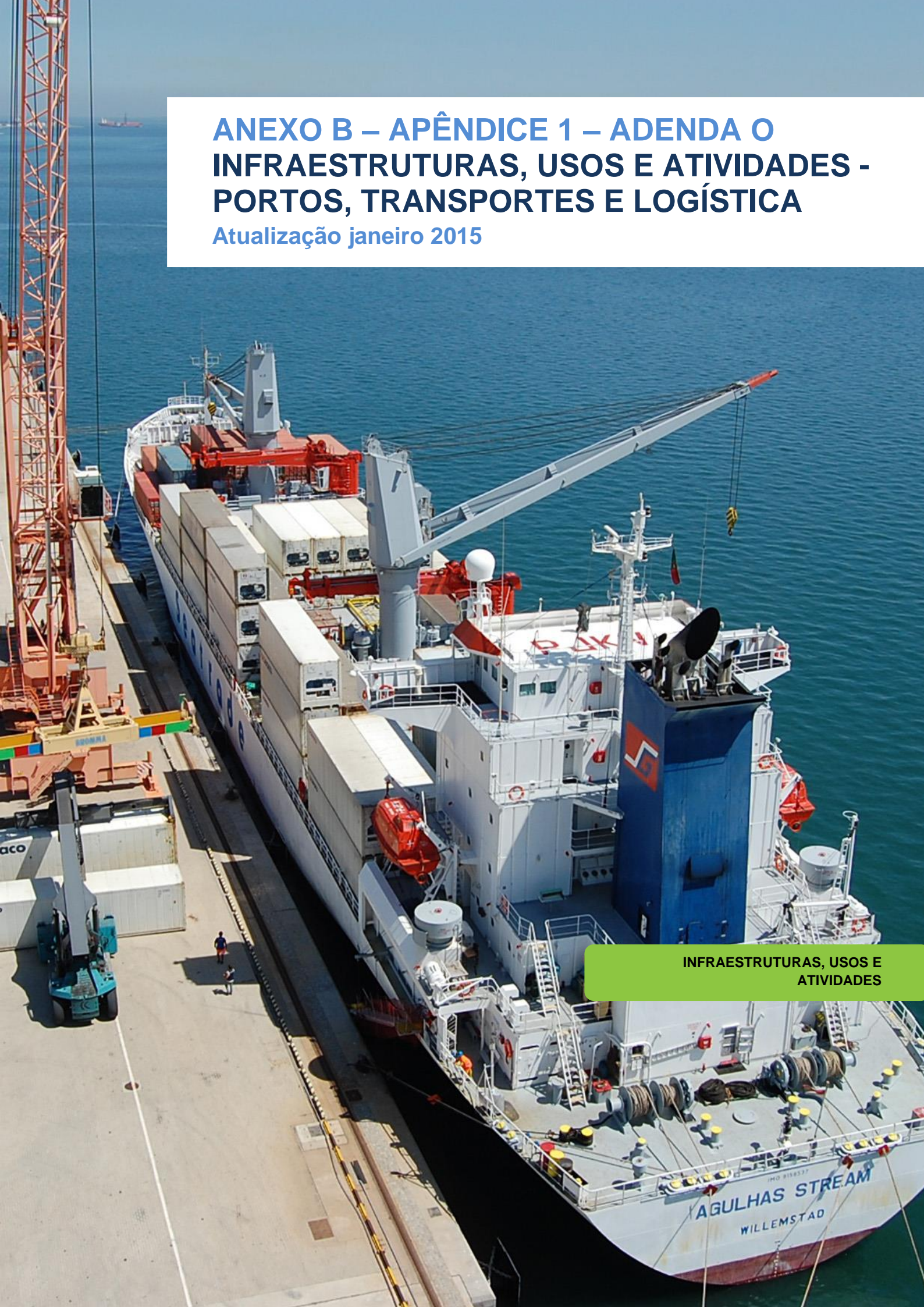


ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA O INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES - PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Atualização janeiro 2015



INFRAESTRUTURAS, USOS E
ATIVIDADES

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP1-PA5138-P5138099

DED2 – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP – Portos, Transportes e Logística

Efeito(s)- #1, #2

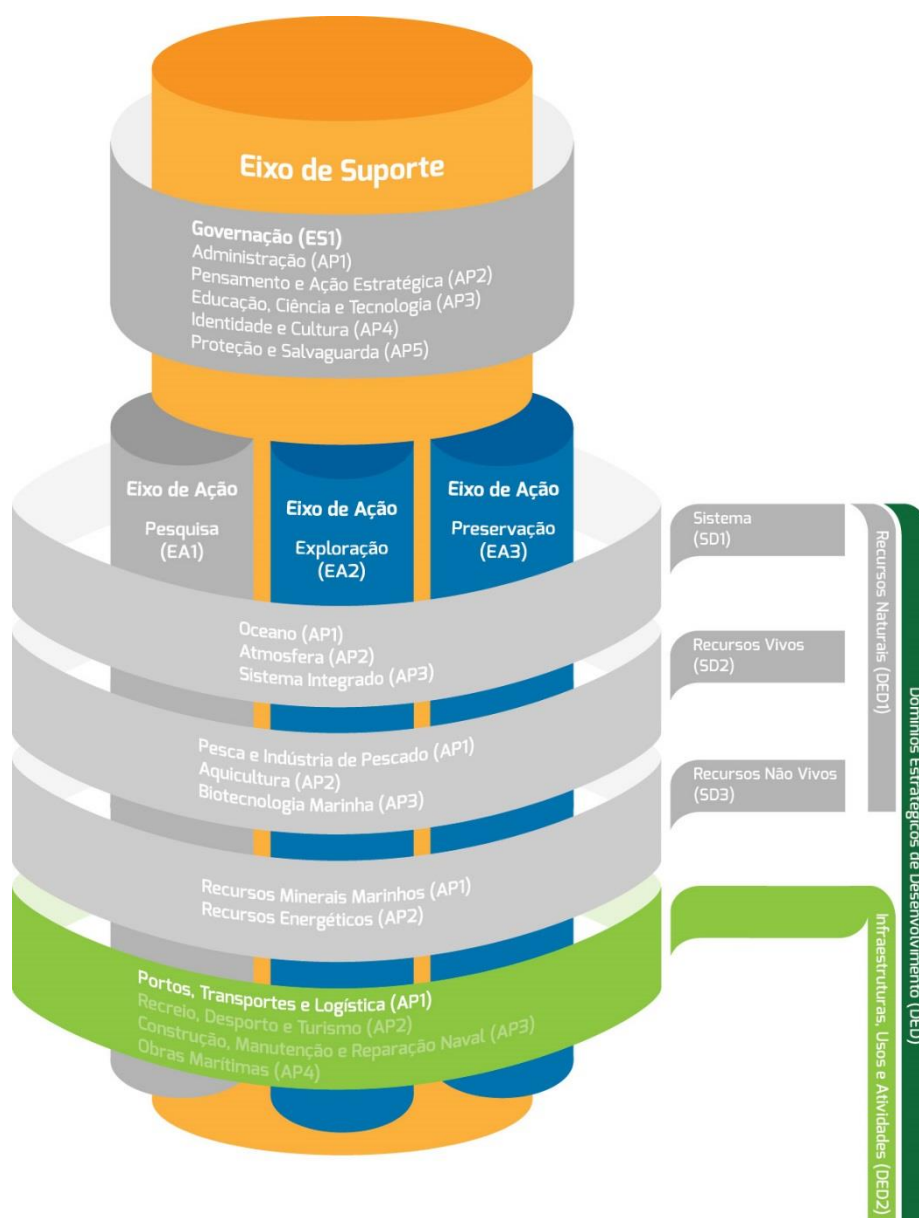
PA - Portos e Logística

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Portos e Logística

Plano Nacional Marítimo Portuário (PNMP)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Plano Nacional Marítimo Portuário (PNMP)

Objetivos

O Plano Nacional Marítimo Portuário (PNMP), cuja elaboração foi determinada inicialmente pelo Despacho de S.Exª a Secretária de Estado dos Transportes nº 6494/2008, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 47 de 2008.03.06, competindo o seu desenvolvimento ao IPTM, com o apoio e colaboração das Administrações Portuárias do Continente, visa constituir-se como plano setorial, ao abrigo do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (Decreto-lei nº 46/2009, de 20 de Fevereiro) que tem por objeto o ordenamento do Sistema Portuário Comercial do Continente (SPCC).

Na sequência da decisão de extinção do IPTM, resultante Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), a competência relativa à promoção da elaboração, avaliação e revisão do PNMP foi integrada no IMT.

Entidade Coordenadora

IMT – Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (ME) (No passado, IPTM – Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

- Administrações Portuárias do Continente (ME);
- Equipa consultora constituída pelo consórcio DHV / CONSULMAR / BRUNO SOARES, na fase desenvolvida até ao momento (contrato entretanto cessado);
- Articulação com o membro do Governo responsável pela área do mar e colaboração com os serviços e organismos com atribuições e competências das áreas das finanças, da defesa nacional, da administração interna e da administração local.

Tarefas

- Preparação de Proposta Preliminar Estratégica;
- Preparação dos Estudos de Base (Relatório Prévio);
- Preparação de Proposta Técnica do Plano;
- Desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica;
- Preparação da versão final do PNMP e da Declaração Ambiental.

Resultados Esperados

Abrangendo os nove portos comerciais do Continente e áreas de reserva estratégica, e concentrando-se essencialmente no tráfego comercial, tendo em conta os restantes segmentos de atividade – passageiros, pesca e náutica de recreio, na medida em que interfiram com a atividade comercial dos portos, visa designadamente:

- Explicitar territorialmente as opções estratégicas do setor;
- Identificar os efeitos de grande escala provocados no território e no ambiente (Avaliação Ambiental Estratégica);
- Dar indicações para ordenamento dos espaços portuários, a sua vocação e, quando tal se justifique, as respetivas utilizações, articulando a política setorial com os demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

Calendarização

O Plano Nacional Marítimo Portuário (PNMP) que se encontrava em elaboração, nomeadamente no contexto da respetiva proposta técnica de plano, encontra-se temporariamente suspenso no sentido da sequente incorporação integral das disposições aplicáveis resultantes do novo modelo de governação e regulação do setor marítimo portuário em implementação bem como da sua compatibilização com as leis de bases gerais relativas à política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo e à política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo nacional, publicadas em 2014 e em fase de regulamentação.

Os elementos que integram os Estudos de Base, desenvolvidos entre 2009 e 2010, e a Proposta de Plano, apresentada em 2011, carecem de uma revisão profunda face aos desenvolvimentos da conjuntura, quer da economia em geral, quer ao nível setorial com as novas orientações em termos de modelo de governação em preparação.

Neste contexto, e igualmente com base em solicitação da equipa consultora, foi cessado em fevereiro de 2014 o contrato para a elaboração do PNMP.

Entretanto, a componente associada aos investimentos portuários prioritários foi tratada no âmbito do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas – Horizonte 2014 – 2020 (PETI3+), na sequência dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (GTIEVA).

O prosseguimento dos trabalhos de preparação do PNMP encontra-se em reavaliação. O PNMP deverá ser preparado pelo IMT, que coordena os trabalhos, com a colaboração da APP.

Custos e Fontes de Financiamento

Do contrato inicial para a elaboração do PNMP, no montante de € 248.800 + IVA, foi realizada uma despesa de € 149.280 + IVA (totalizando € 181.474)

O pagamento da despesa foi da responsabilidade da Associação dos Portos de Portugal, competindo ao IPTM a liquidação de 5% das verbas correspondente à sua quota-parte naquela Associação.

Produtos (concluídos/finalizados)

Estudos de Base (Novembro/2010) e Proposta Técnica de Plano (Maio/2011)

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP1-PA5139

DED2 – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP – Portos, Transportes e Logística

Efeitos:

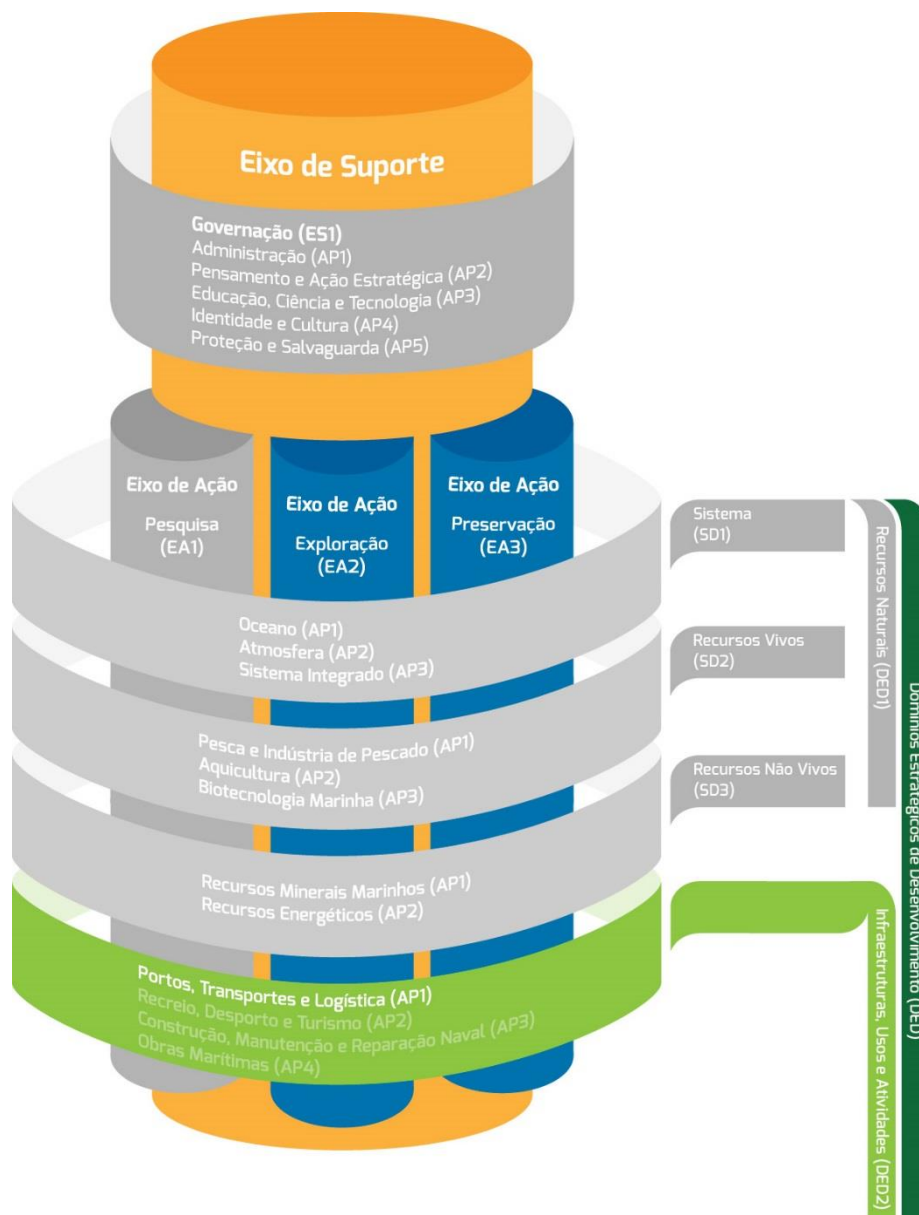
#4 - Segurança da navegação apoiada num sistema de controlo de tráfego marítimo, integrado com os restantes instrumentos de especialização e que cobre eficazmente a totalidade do espaço marítimo nacional.

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Monitorização e Controlo

	Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo - VTS
	Vigilância e Monitorização Integradas - NIPIM@R
	Transparência de Dados - TRANSPARENSEA



Programa de Ação

Monitorização e Controlo

P5139101 - Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo – VTS
P5139058 - Vigilância e Monitorização Integradas - NIPIM@R
P5139059 - Transparência de Dados -TRANSPARENSEA

Objetivos

- Criar uma metodologia comum às várias entidades nacionais com responsabilidades na área da vigilância e monitorização marítima integrada, que simultaneamente salvaguarde as especificidades de cada uma e potencie a cooperação entre todas, através de um nó lógico de partilha de informação que optimize a utilização dos recursos e aumente a eficácia das funções marítimas do Estado;
- Sustentar as capacidades e a resposta do Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS).

Entidade Coordenadora

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM) – (DGPM e DGRM)

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa (MP)
- Força Aérea Portuguesa (FAP)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR-UCC)
- Sistema de Segurança Interna (SSI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Ministério da Justiça (MJ)

- Polícia Judiciária (PJ)

Ministério da Economia (ME)

- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – Coordenação
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Ministério da Saúde (MS)

- Autoridade Nacional de Saúde (ANS)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Agência para a modernização Administrativa (AMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Empresas Portos dos Açores, Transmaçor e Atlanticoline
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Capacidade efetiva de resposta às ameaças e emergências, baseada na subsidiariedade dos parceiros;
- Capacidade efetiva de resposta no âmbito da segurança da navegação.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento comunitário:
FEAMP

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP1-PA5139-P5139101

DED2 – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP – Portos, Transportes e Logística

Efeito(s)- #4

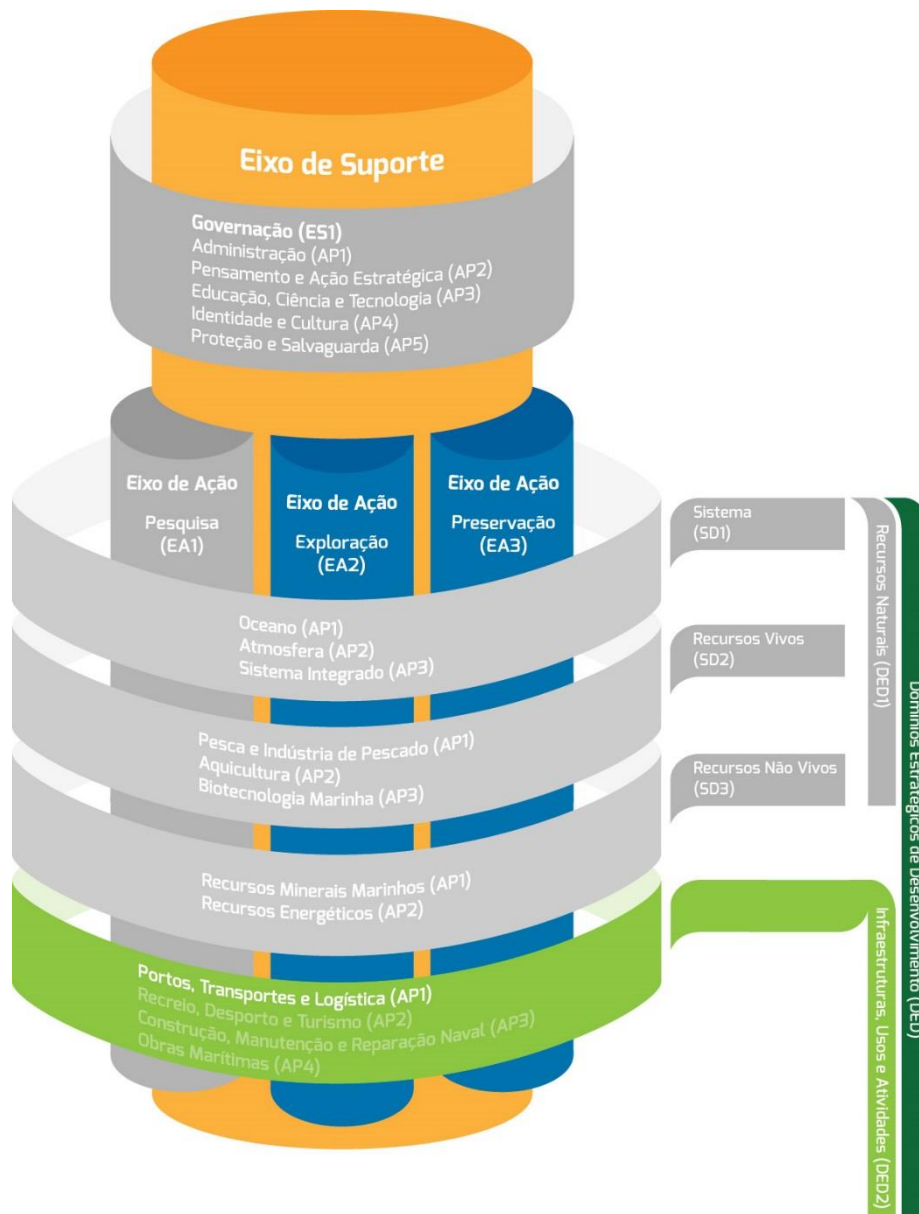
PA - Monitorização e Controlo

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Monitorização e Controlo

Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo - VTS



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Serviço de Controlo de Tráfego Marítimo – VTS

Objetivos

Concentrar no Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do Continente a infraestrutura técnica e dos centros de dados necessários à prossecução das valências atribuídas à DGRM em matéria da vigilância, monitorização e controlo da atividade das pescas, nomeadamente no âmbito do Sistema de Fiscalização e Controlo das Actividades da Pesca (SIFICAP) e do Sistema de Monitorização Contínua da Actividade de Pesca (MONICAP), necessárias ao exercício das funções de Autoridade Nacional da Pesca, da segurança marítima e da operação e coordenação dos serviços e sistemas de monitorização e controlo do tráfego marítimo, necessárias ao exercício das funções de Autoridade Nacional de Controlo de Tráfego Marítimo e de Autoridade Competente para a Protecção do Transporte Marítimo e dos Portos.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa (MP)
- Força Aérea Portuguesa (FAP)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR-UCC)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – Coordenação

Governo Regional dos Açores (GRA)

Outras entidades

- Empresas Portos dos Açores, Transmaçor e Atlanticoline

Tarefas

1. Gestão do projeto;
2. Constituição da equipa de projeto e elaboração do respectivo documento;
3. Identificação dos requisitos técnicos para o sistema de integração das bases de dados e da informação das pescas, das embarcações e da navegação marítima e para a partilha da informação;
4. Identificação dos constrangimentos legais e técnicos à partilha de informação;
5. Elaboração de caderno de encargos e lançamento de concurso;
6. Apresentação e seleção de proposta de construção do sistema e da infraestrutura de integração e partilha da informação;
7. Construção da solução selecionada;
8. Disponibilização operacional do sistema.

Resultados Esperados

- Aperfeiçoamento da monitorização e do controlo dos recursos marinhos e da segurança e proteção da navegação e dos portos e do cumprimento dos requisitos e obrigações nos âmbitos identificados;
- Aperfeiçoamento na promoção da cooperação civil-militar no que ao sistema de vigilância marítima diz respeito;
- Aperfeiçoamento do apoio à exploração das oportunidades colocadas ao Estado no mar, nos planos económicos e científico.

Calendarização

2013: Tarefas 1, 2

2013 – 2014: Tarefas 3 e 4

2014: Tarefas 5 e 6

2014 – 2015: Tarefa 7

2016: Tarefa 8

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Financiamento Comunitário:
DG-MARE, FCP(PROMAR) e FEAMP

Produtos concretizados

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP1-PA5139-P5139058

DED2 – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP – Portos, Transportes e Logística

Efeito(s)- #4

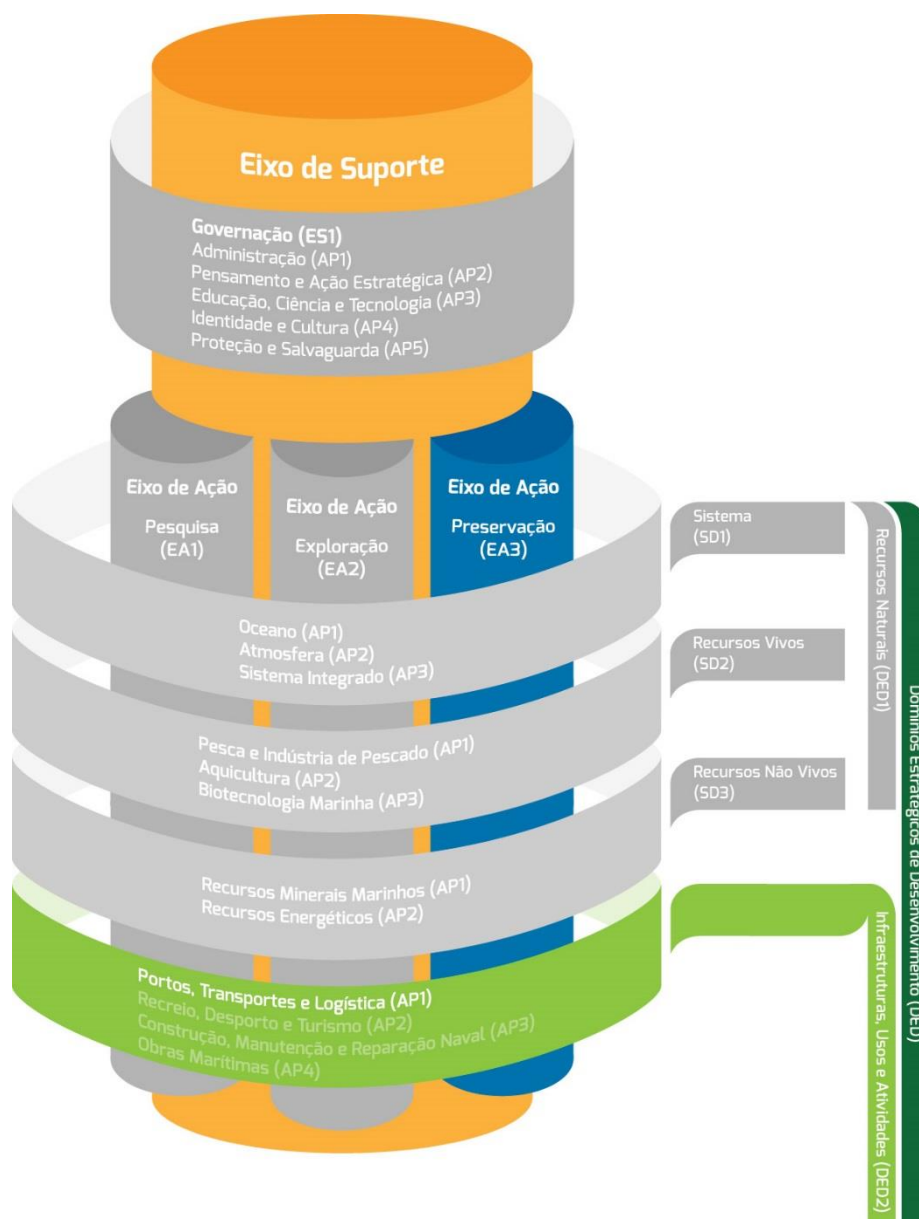
PA – Monitorização e Controlo

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Monitorização e Controlo

Vigilância e Monitorização Integrados - NIPIM@R



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Vigilância e Monitorização Integrados - NIPIM@R

Objetivos

- Edificar uma capacidade nacional de vigilância e monitorização marítima integrada, partilhada, reutilizando na máxima extensão possível os recursos existentes, respeitando as especificidades e competências de cada uma das entidades envolvidas e promovendo a cooperação entre estas de forma coerente com as iniciativas em curso na UE neste domínio.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

- Autoridade Tributária e Aduaneira (AT)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa (MP)
- Força Aérea Portuguesa (FAP)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Polícia Marítima (PM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)
- Sistema de Segurança Interna (SSI)
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

Ministério da Justiça (MJ)

- Polícia Judiciária (PJ)

Ministério da Economia (ME)

- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

Ministério da Saúde (MS)

- Autoridade Nacional de Saúde (ANS)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Tarefas

1. Constituição da equipa técnica especializada
2. Integração de vários sistemas e serviços necessários à vigilância e monitorização marinha integrada, designadamente os sistemas VTS, SIVICC, MONICAP, DSC e serviços de observação da terra, entre outros
3. Manutenção corretiva, preventiva e evolutiva do nó nacional
4. Aperfeiçoamento da interoperabilidade entre as entidades envolvidas, ao nível operacional, legal, semântico e técnico

Resultados Esperados

- Aperfeiçoamento do efeito dissuasor e da resposta, em tempo útil, por parte das entidades responsáveis contra a traficância, a imigração ilegal, a protecção do ambiente e dos recursos marinhos e a segurança da navegação e dos portos;
- Aperfeiçoamento da resposta, em tempo útil, por parte das entidades responsáveis pelas ações de busca e o salvamento, de combate e controlo das pandemias, e de protecção civil na faixa litoral;
- Aperfeiçoamento da resposta em acções externas de apoio humanitário e alívio às populações vítimas de catástrofe nas regiões litorais;
- Aperfeiçoamento na promoção da cooperação civil-militar no que ao sistema de vigilância marítima diz respeito;
- Aperfeiçoamento do apoio à exploração das oportunidades colocadas ao Estado no mar, nos planos económicos e científico;
- Aperfeiçoamento do apoio à cooperação externa no quadro da ajuda ao desenvolvimento e à intervenção sobre Estados em situações de fragilidade no contexto do binómio segurança-desenvolvimento.

Calendarização

2013:

- Realização do contrato de manutenção do nó nacional
- Constituição da equipa técnica especializada
- Arranque do projeto

2014:

- Integração dos sistemas MONICAP, VTS, SIVICC, DSC e de serviços de observação da terra
- Aperfeiçoamento da interoperabilidade entre os setores envolvidos
- Realização de trabalhos de manutenção no nó nacional (i.e. migração para tecnologia open source)

2015 – 2020:

- Integração de sistemas (a definir)
- Aperfeiçoamento da interoperabilidade entre os setores envolvidos
- Realização de trabalhos de manutenção no nó nacional (a definir)

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 160.000,00€ (orçamento da DGPM)

Financiamento comunitário:

FEAMP - 640.000,00€

FEAMP (gestão partilhada DGMARE) – 2.000.000,00 €

Custo total estimado (até 2020): 800.000,00€

Produtos concretizados

1. Estudos tecnológicos sobre partilha de informação de vigilância marítima em Portugal
2. Estudos legais sobre partilha de informação de vigilância marítima em Portugal
3. Estudos organizacionais sobre partilha de informação de vigilância marítima em Portugal
4. Desenvolvimento e manutenção do nó nacional
5. Integração do nó nacional na rede CISE
6. Integração de sistemas nacionais com o nó nacional e, consequentemente, com o CISE
7. Disseminação da atividade de vigilância marítima integrada em Portugal e na Europa

INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES (PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED2-AP1-PA5139-P5139059

DED2 – Infraestruturas, Usos e Atividades

AP – Portos, Transportes e Logística

Efeito(s)- #4

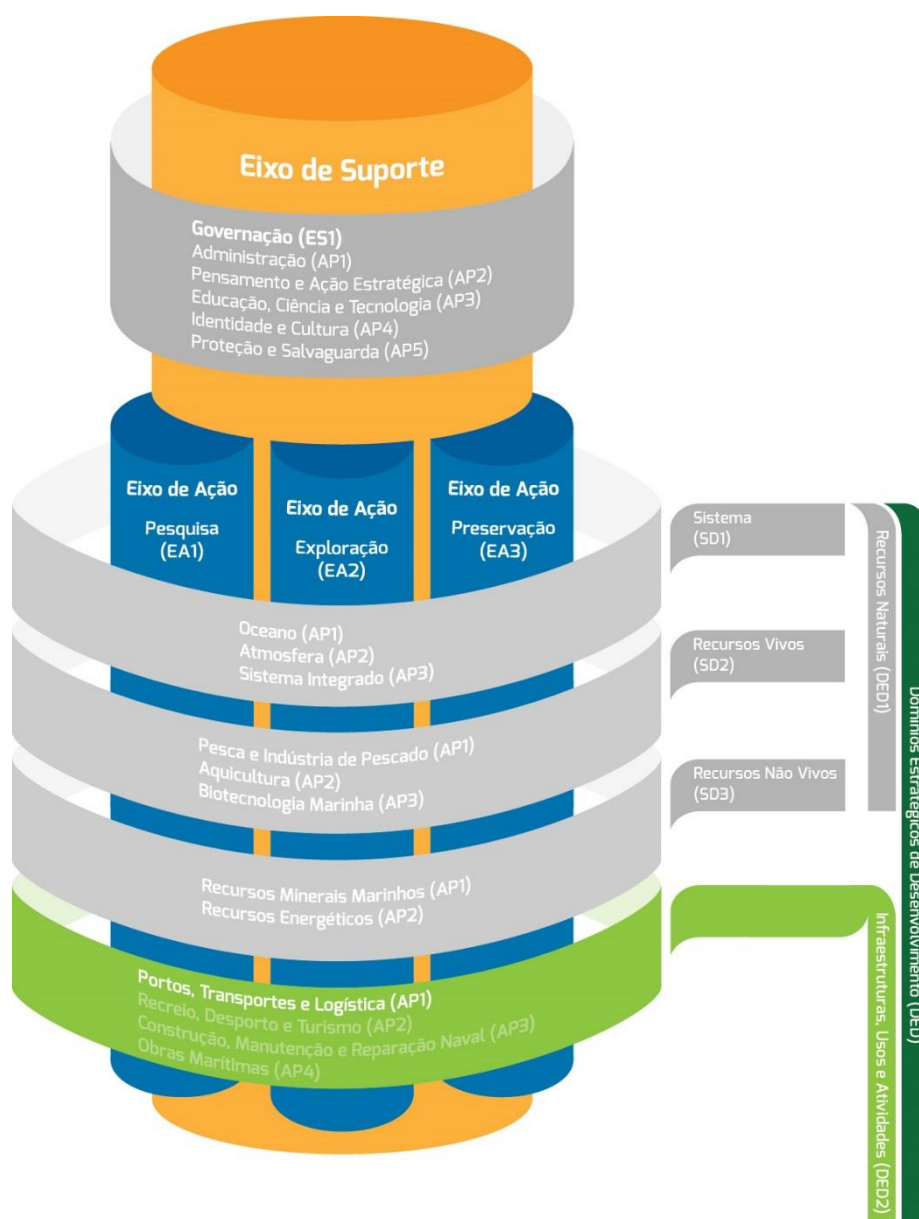
PA – Monitorização e Controlo

DED2 - INFRAESTRUTURAS, USOS E ATIVIDADES

PORTOS, TRANSPORTES E LOGÍSTICA

Monitorização e Controlo

Transparência de Dados -TRANSPARENSEA



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Transparência de Dados - TRANSPARENSEA

Objetivos

- Aumentar a eficácia e eficiência da partilha de informação, entre estados membros e entre setores, sobre vigilância e monitorização marinha
- Desenvolvimento das capacidades do nó nacional de integração e partilha de informação (NISE) em coerência com os desenvolvimentos recentes da UE neste domínio, designadamente os resultados do projeto CoopP
- Desenvolvimento de serviços inovadores com base em informação proveniente de vários setores
- Contribuir para a medida 3.2.5 da Agenda Portugal Digital e, conseqüentemente, para a Agenda Digital da Europa
- Alinhamento com outras iniciativas da UE, designadamente as relacionadas com Open Data e o Programa ISA (Interoperability Solutions for European Public Administrations)

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Outras entidades

- Setor privado
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Tarefas

1. Implementação dos modelos de dados e serviços resultantes do projeto CoopP no NISE
2. Testes aos serviços e modelos de dados do projeto CoopP implementados no NISE com outras autoridades nacionais e de outros Estados Membros
3. Desenvolvimento e testes de serviços inovadores relacionados com a pesquisa, enriquecimento e roteamento inteligente de dados

Resultados Esperados

- Capacidade de trocar informação com outros setores de outros Estados Membros, atualizada à luz dos desenvolvimentos mais recentes da UE, no domínio da vigilância e monitorização marinha integrada
- Serviços inovadores sobre os dados de vigilância e monitorização marinha que permitam melhorar a eficácia e eficiência da partilha de informação e alavancar novos produtos e serviços neste domínio

Calendarização

2014 - Desenvolvimento e testes dos vários serviços

Fontes de Financiamento

Valor estimado 200.000,00€

Financiamento nacional: OE (DGPM)

Financiamento comunitário: FEAMP

Produtos concretizados